

RESTITUIÇÃO

PAGAMENTO INDEVIDO/A MAIOR OU ANULAÇÃO DE DECISÃO CONDENATÓRIA/CRÉDITO RELATIVO AO COMÉRCIO EXTERIOR (QUE NÃO SEJA DECORRENTE DE CANCELAMENTO OU RETIFICAÇÃO DE DI) (IN RFB Nº 1717 de 17/07/2017)

(ATENÇÃO: caso o crédito seja decorrente de retificação ou cancelamento de DI, seguir o check-list "PEDIDO DE RESTITUIÇÃO (cancelamento ou retificação de DI)" encontrado neste CD, na mesma pasta que este check-list.)

DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA

A – PETIÇÃO

(NOME DO ARQUIVO: Peticao.PDF)

1. Petição em forma livre, em nome da empresa requerente, **assinada por seu(s) representante(s) com poderes para tal**, solicitando a restituição e justificando o seu motivo;
Obs.: **Na petição deverão constar razão social, CNPJ, endereço, telefone e e-mail atualizados do Solicitante para contato;**
2. Formulário "**ANEXO I - PEDIDO DE RESTITUIÇÃO OU DE RESSARCIMENTO**" (Anexo I da **IN/RFB Nº 1717/2017**);
Obs.: A conta-corrente informada neste formulário, para o depósito da restituição, deve estar ATIVA e em nome do Contribuinte que está requerendo a retificação;

B – DOCUMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO

(NOME DO ARQUIVO: Doc_identificacao.PDF)

1. Documento de identificação dos signatários das petições e do READ;
2. Instrumento de outorga de poderes para representação da pessoa jurídica, se algum documento for assinado por procurador;
3. Ato constitutivo da pessoa jurídica e suas alterações ou sua última consolidação e alterações, se houver;

C – DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS

(NOME DO ARQUIVO: Doc_Comprobatorios.PDF)

4. Certidão simplificada ou específica emitida pela Junta Comercial, expedida há no máximo 90 dias;
3. DARF (ou outro comprovante) do pagamento a ser restituído, feito no CNPJ/CPF do Contribuinte que está requerendo a retificação
4. O Pedido de restituição e ou compensação de IPI, PIS e/ou COFINS, deverá estar instruído também com os documentos contábeis que comprovem a assunção dos encargos financeiros, conforme previsto na IN/RFB Nº 1717/2017, art. 3º e no CTN - Lei nº 5.172/66, art. 166.

D – READ – RECIBO DE ENTREGA DE ARQUIVOS DIGITAIS

(NOME DO ARQUIVO: Read_Assinado.PDF)

5. READ em papel. Se o READ for assinado digitalmente, também deve ser gravado como PDF no mesmo dispositivo de entrega (CD, PEN DRIVE), com o nome READ-Assinado.PDF. Caso o READ ou a procuração que dá poderes para o representante assinar o READ não estejam com reconhecimento de firma, apresentar o original ou cópia autenticada do documento de identificação do(s) respectivo(s) signatário(s), em papel, para conferência de assinatura(s).

Observações:

- Adesão ao Domicílio Tributário Eletrônico – DTE, no e-CAC (Ver item 2 no ROTEIRO E-PROCESSO – CONTRIBUINTE). Não é necessária a apresentação de comprovante da adesão, mas a falta da adesão é motivo de indeferimento do pedido;
- Qualquer documento apresentado deverá estar em conformidade com a cláusula de administração dos contratos da empresa, devendo estar assinado por quantos sócios ou procuradores forem estipulados na mencionada cláusula;
- **A não apresentação de qualquer um dos documentos acima mencionados deve ser justificada por escrito.**
- Nos casos de recurso contra decisão no processo, este deve ser apresentado em formato compatível com o processo digital, conforme as orientações presentes no “ROTEIRO E-PROCESSO – CONTRIBUINTE” constante deste CD e deverá conter, obrigatoriamente, uma petição de instrução do recurso, informando o número do processo ao qual o recurso se dirige.
A partir de 21 de março de 2016, de acordo com o Art. 2º, parágrafo 3º da IN RFB Nº 1608/2016, **as pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, presumido ou arbitrado deverão fazer a juntada de documentos a processo ou dossiê digital de atendimento no e-CAC, através do Programa Gerador de Solicitação de Juntada de Documentos (PGS)**. Assim, nesses casos não ocorrerá a recepção de recursos na RFB.
- A assinatura firmada no READ é a prova de que as informações contidas nos arquivos digitais foram prestadas pelo signatário e é o ateste do contribuinte, sob as penas da lei, de que as imagens entregues sem a expressão “cópia simples” são imagens obtidas de documentos originais que estão em seu poder, ficando resguardado à RFB, a qualquer momento, o direito de solicitar os documentos originais, conforme prescrito no § 3º do artigo 1º da Portaria MF nº 527, de 9 de novembro de 2010.

DOWNLOAD DO FORMULÁRIO

- Formulário **“ANEXO I - PEDIDO DE RESTITUIÇÃO OU DE RESSARCIMENTO” (Anexo I da IN/RFB Nº 1717/2017):**

<http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/anexoOutros.action?idArquivoBinario=44560>